

BC diz que dívida pública

E que este ano toda emissão de moeda atenderá à

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, domingo, 6 de abril de 1986

19

tem queda rápida

demanda de liquidez da economia

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

O diretor da área de mercado de capitais do Banco Central, Luiz Carlos Mendonça de Barros, diz que, dentro da perspectiva de déficit público zero, toda a emissão da moeda deste ano atenderá à demanda de liquidez da economia, através do resgate líquido de títulos da dívida pública. Medida pela emissão primária de títulos, a dívida pública interna da União reduziu de Cz\$ 625,51 bilhões, em janeiro, para Cz\$ 596,82 bilhões, em fevereiro e, após o Plano de Estabilização Econômica, o Banco Central partirá para a monetização acelerada do passivo do Governo.

"Será um processo extremamente favorável de substituição de um passivo oneroso (dívida mobiliária) por outro sem custo (papel-moeda) — explica o diretor da dívida pública do Banco Central, André Lara Resende. Mendonça de Barros observa que a base monetária — emissão primária de moeda — triplicará, este ano, com injeção líquida de mais de Cz\$ 100 bilhões.

Apesar da idéia de que a base monetária crescerá para reduzir a dívida pública, Mendonça de Barros prefere não projetar cifras absolutas de resgate líquido de títulos. Até o momento, segundo o Banco Central, a União ainda não concluiu o processo de adaptação do orçamento fiscal ao

programa de estabilização.

Do lado das despesas, mediante a multiplicação dos valores em cruzeiros pelo fator de conversão igual a 0,0007, as dotações consignadas no orçamento da União passaram de Cz\$ 626,6 bilhões para Cz\$ 438,6 bilhões. Mas a reavaliação da receita vem exigindo, informa o Banco Central, estudos mais aprofundados da Secretaria da Receita Federal, com "o complexo dimensionamento dos efeitos do programa de estabilização sobre cada tipo de tributo".

Na administração indireta, o Banco Central destaca que a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, na estrutura do Ministério da Fazenda, introduziu o sistema de caixa único para "modernizar as funções de gestão dos recursos orçamentários e exercer um controle mais rigoroso sobre os gastos públicos".

Ao absorver as antigas Secretaria Central do Controle Interno (Secin) e Comissão de Programação Financeira, a Secretaria do Tesouro desempenha o controle da execução do orçamento da União; a gestão dos haveres mobiliários e das responsabilidades diretas e indiretas do Tesouro; o controle das operações de crédito internas e externas do setor público, "em sentido lato", e ainda exerce as funções de órgãos central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria.

Embora Mendonça de

Barros afirme que o programa de estabilização trouxe "ganhos e perdas para o caixa do Tesouro", o diretor de controle do Banco do Brasil, Cláudio Dantas de Araújo, endossa a tese de Lara Resende, da substituição dos títulos da dívida pública por papel-moeda, com a vantagem extra da emissão de moeda não ter impacto sobre o déficit público.

Dai a afirmação do diretor da dívida pública do Banco Central de que "monetaristas ortodoxos competentes" também não estão assustados com o processo de remonetização da economia. Segundo ele, em março, os depósitos a vista cresceram 80% e o volume de papel-moeda em poder do público um pouco menos, porém, com tendência de desaceleração.

O diretor de controle do Banco do Brasil reiterou que o Brasil, a exemplo de outros países com economia estável, também passará a ter papel-moeda em poder do público ao nível de 12 a 14% do Produto Interno Bruto (PIB), até com os estímulos à população para reter moeda criados pela ampliação dos custos dos serviços bancários.

Lara Resende disse que, neste período de transição da economia, a opção "fútil e equivocada" seria não atender à demanda de moeda e aceitar a explosão dos juros, com o risco das altas taxas de juros jogar o programa de estabilização no rumo da recessão.